



Câmara Municipal de Ouro Branco

PARECER JURÍDICO

TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI n.º 115/2026

RELATÓRIO

Foi protocolado no dia 18 de agosto de 2026, na Câmara Municipal de Ouro Branco, o Projeto de Lei n.º 115/2026, de autoria do vereador NEYMAR MAGALHÃES MEIRELES, com a ementa: *"DISPÕE SOBRE A CONTINUIDADE ADMINISTRATIVA, A GOVERNANÇA, A PRESERVAÇÃO E A TRANSPARÊNCIA DAS OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA A MOTIVAÇÃO E O REGISTRO FORMAL DE SUA PARALISAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"*.

O Projeto de Lei veio acompanhado de justificativa/mensagem.

O presente parecer do setor jurídico da Câmara Municipal de Ouro Branco é uma prática auxiliar para a eficiência e legalidade do processo legislativo sendo feita a análise apenas de aspectos específicos do projeto de lei, como a legística (técnica legislativa) e a regimentalidade (conformidade com o regimento interno), sem adentrar no mérito da constitucionalidade e legalidade, o que é atribuição da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

O papel do setor jurídico, nesse contexto, não é substituir o trabalho da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, mas sim complementá-lo, fornecendo uma análise preliminar que irá auxiliar os vereadores na tomada de decisões mais informadas sobre a forma de tramitação dos projetos de lei.

FUNDAMENTAÇÃO

A presente análise recai sob o Projeto de Lei n.º 115/2026, de autoria do vereador NEYMAR MAGALHÃES MEIRELES, com a ementa: *"DISPÕE SOBRE A CONTINUIDADE ADMINISTRATIVA, A GOVERNANÇA, A PRESERVAÇÃO E A TRANSPARÊNCIA DAS OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA A MOTIVAÇÃO E O*



Câmara Municipal de Ouro Branco

REGISTRO FORMAL DE SUA PARALISAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”.

Em análise preliminar de legística, verifica-se que o projeto submetido à apreciação deste setor jurídico segue as normas de clareza, precisão, ordem regimental e formalidade, características essenciais para a sua adequada tramitação.

A estruturação dos artigos, parágrafos, incisos e alíneas atende na maioria aos critérios da Lei Complementar 95/1998, que *“Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”*, deixando o texto do projeto devidamente estruturado em sua técnica.

No que tange à regimentalidade, deve ser assegurado que o projeto de lei tramite conforme o regimento interno da Câmara Municipal de Ouro Branco, assegurando maior transparência e previsibilidade ao processo legislativo, contribuindo para a sua legitimidade e aceitação pública da construção normativa.

O art. 70 do Regimento Interno vigente estabelece que *“As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional, na ortografia oficial e assinada pelo seu autor ou autores.”*

Por sua vez, o art. 82 do RICMOB é claro ao dispor que *“Recebido, o projeto será numerado, publicado, enviado a procuradoria jurídica e incluído na pauta para ser apresentado em Plenário, sendo posteriormente distribuído às Comissões, pelo setor de apoio, para, nos termos regimentais, ser objeto de parecer ou de deliberação.”*

O projeto cumpriu, até o momento procedimental, os normativos regimentais.

In casu, veria-se que a análise jurídica do Projeto de Lei n.º 115/2026 considera, para fins de exame de sua adequação jurídica, o Substitutivo n.º 01, apresentado no curso de sua tramitação, uma vez que foi por meio deste que foram promovidas as adequações necessárias ao texto originalmente proposto, especialmente quanto à delimitação da matéria aos limites da competência legislativa municipal, à

7



Câmara Municipal de Ouro Branco

observância do princípio da separação dos Poderes e à preservação da autonomia administrativa do Poder Executivo.

O Substitutivo n.º 01 mantém a finalidade essencial do Projeto de Lei n.º 115/2026, ao estabelecer diretrizes relacionadas à continuidade, ao acompanhamento, à preservação, ao registro e à transparência das obras públicas municipais, promovendo, contudo, os ajustes necessários para conferir maior precisão jurídica à proposição e afastar disposições que pudessem interferir diretamente na organização, no funcionamento ou na atuação administrativa do Poder Executivo.

Dessa forma, considerando que as adequações promovidas pelo Substitutivo n.º 01 foram justamente aquelas que permitiram o adequado enquadramento jurídico da proposição, deixa-se de proceder, neste ponto, à análise individualizada do texto original do Projeto de Lei n.º 115/2026, uma vez que o exame realizado considera a redação posteriormente consolidada pelo Substitutivo n.º 01, que passou a refletir a proposição após os ajustes promovidos durante sua tramitação.

Nessa senda, pelas considerações já alavancadas alhures, recomenda-se o início da tramitação do presente projeto de lei pela sua comunicação na próxima reunião ordinária ou extraordinária, quando se sugere a distribuição deste projeto para as **Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Comissão de Administração Pública, Indústria, Comércio e Meio Ambiente e a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas.**

Verifica-se que o projeto de lei não tramita sob o regime de urgência, tendo cada comissão o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de seus respectivos pareceres. Destaca-se desde já que tal prazo é prorrogável uma única vez por igual período, desde que devidamente fundamentado e aprovado pela comissão (art. 29, III do Regimento Interno).

Pela matéria contida no projeto, conforme a Lei Orgânica de Ouro Branco e Regimento Interno da Câmara Municipal, o projeto deverá ser apreciado em turno único



Câmara Municipal de Ouro Branco

de votação aberta, com quorum de maioria simples.

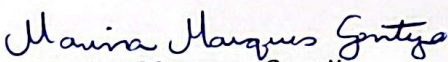
A presente análise jurídica prévia visa otimizar o processo legislativo, garantindo que os projetos de lei estejam segundo as normas regimentais e com as boas práticas de elaboração legislativa antes mesmo de sua tramitação. Isso previne possíveis entraves futuros, decorrentes de vícios formais ou de tramitação inadequada, que poderiam comprometer a eficácia e a validade das normas aprovadas.

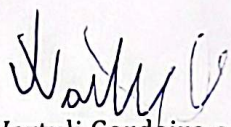
A análise de constitucionalidade e legalidade é prerrogativa da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, o parecer prévio do setor jurídico não invade tal competência, mas sim oferece um suporte técnico essencial para que os vereadores possam cumprir suas funções legislativas de forma mais eficaz e informada.

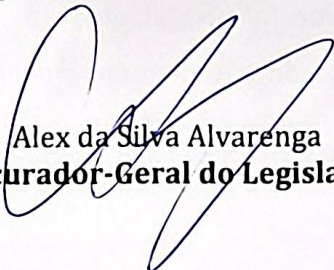
CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos aspectos que compete a este setor jurídico, opina-se pela possibilidade do início da tramitação do Projeto de Lei n.º 115/2026, de autoria do vereador NEYMAR MAGALHÃES MEIRELES, com a ementa: *"DISPÕE SOBRE A CONTINUIDADE ADMINISTRATIVA, A GOVERNANÇA, A PRESERVAÇÃO E A TRANSPARÊNCIA DAS OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA A MOTIVAÇÃO E O REGISTRO FORMAL DE SUA PARALISAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"*.

Ouro Branco, 08 de setembro de 2026.


Marina Marques Gontijo
Subprocuradora do Legislativo


Victor Vartuli Cordeiro e Silva
Procurador Legislativo


Alex da Silva Alvarenga
Procurador-Geral do Legislativo